A Continuidade dos Vieses Raciais na Aplicação da Inteligência Artificial no Contexto Jurídico Processual

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Leandro Felipe Gonzaga Silveira
Gabriel Augusto Alves De Azevedo Nolasco Pinheiro

Categoria do Trabalho

Pós-Graduação

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE - UNIDADE ANTONIO CARLOS

Introdução

Contemplando o mundo na atual Era da Informação é impossível não trazer à tona o advento da Inteligência Artificial (IA). Estas ferramentas que infiltraram todos os ramos sociais têm substituído grande parte das ocupações profissionais. Desta forma, a tendência é a evidente disseminação das IA's até mesmo nos campos de trabalho que exigem maior responsabilidade,como no direito. Quando decisões que podem mudar por completo a história de uma pessoa deixam de estar em mãos humanas e passam a ser tomadas por algoritmos de "Machine learnig", torna-se imperativo a discussão sobre as consequências destas escolhas

Objetivo

Objetivos gerais da elaboração do presente resumo, além do interesse coletivo, é de suma prioridade trazer à tona a discussão das implicações práticas e jurídicas do uso de inteligências artificiais, sobretudo, nos procedimentos e processos judiciais. Quanto aos objetivos específicos, incluem analisar e traçar paralelos históricos sobre os vieses raciais e decisões judiciais.

Material e Métodos

O presente trabalho foi desenvolvido através da análise bibliográfica de teses e dissertações, acerca do âmbito jurídico processual com a obra de Diego Richard Ronconi, Pós-Graduado em Ciência Jurídica pela Fundação Universidade do Vale do Itajaí; pela obra de Pedro Henrique Jardim, mestre em Psicologia Experimental acerca da análise do comportamento e o negro no Brasil; e pela obra de Leonardo Marques Vieira acerca da análise da problemática da "IA" e dos viéses algorítmicos no caso "COMPAS". Foi delineada uma relação de causalidade dentre as áreas do conhecimento mencionadas, constatando o caminho que o Direito Processual está prestes a percorrer ao adotar procedimentos baseados em inteligências artificiais generativas.

Resultados e Discussão

Com a análise bibliográfica supracitada foi possível constatar que o Direito Processual encontra-se em um estágio no qual não é possível ignorar as consequências sociais trazidas pelo uso desregulado de IA's generativas. É notório que as tecnologias são ferramentas que servem para aprimorar a performance do trabalho humano, de tal

forma como descreveu Alfred North Whitehead: “A civilização avança ao expandir o número de operações importantes que podemos executar sem pensar”. No entanto, nas tentativas de automatizar a análise e julgamentos de casos concretos, vidas podem estar correndo risco. Sendo mais específico, vidas negras correm o risco de que vieses sejam perpetuados, uma vez que as IA’s generativas aprendem como decisões devem ser tomadas a partir de decisões tomadas outrora. Assim, a totalidade do conhecimento das máquinas foi adquirida através do ensinamento humano, resultando, por conseguinte, na transmissão de preconceitos.

Conclusão

No mesmo passo que estamos no berço evolutivo das IA, estamos em um limiar que definirá os caminhos percorridos pelos sistemas judiciários ao adotar o uso destas ferramentas. As máquinas ainda não são perfeitas, tal qual os seres humanos, e fazer com que as vidas humanas estejam sujeitas a decisões que não possuem o senso crítico que esperamos de um Juiz, pode ser uma escolha com consequências praticamente irreversíveis para este nicho social, que historicamente, é alvo de preconceito

Referências

JARDIM, Pedro Henrique. “Análise do comportamento e o negro no Brasil: avaliação de um procedimento de formação de classes equivalentes de estímulos relacionadas ao viés racial em adultos negros e brancos”. 2018. 95 f. Dissertação - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

RONCONI, Diego Richard. “O princípio constitucional da igualdade e a desigualdade legal deste princípio na legislação brasileira”. Novos Estudos Jurídicos, vol. 6, nº 12, agosto de 2009, p. 71-84.

VIEIRA, Leonardo Marques. "A problemática da inteligência artificial e dos vieses algorítmicos: caso COMPAS." Brazilian Technology Symposium. 2019.